

OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO: TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE FUNDAMENTAÇÃO

Damaris Paz*

Saulo C. Seiffert Santos**

Resumo

Este trabalho é uma proposta de pesquisa em Espaços Não Formais institucionais sobre as abordagens teóricas referidas a Educação Ambiental (EA). Em que a fundamentação teórica presente nos Projetos de Educação Ambiental de intuições que possuem espaços não formais de ensino pode conter um caráter clássico ou utiliza-se de fundamentos emergentes em Educação. Tendo em vista, que estes espaços são muito importantes para atividades educativas, pois permitem a imersão e o envolvimento sensitivo, bases para a Aprendizagem Significativa. O procedimento metodológico prevê a Análise de Conteúdo dos projetos de Educação Ambiental destes espaços, buscam-se identificar quais são as tendências pedagógicas nas fundamentações teóricas destes projetos. O que permitirá inferir, quais visões da Educação Ambiental estão sendo difundidas em Manaus/AM nos últimos três anos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Espaços Não Formais de Ensino; Tendências Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental vem sendo difundida nas últimas décadas como um mecanismo importantíssimo na mudança de comportamento e de valores da população humana em sua relação com o planeta. Causando um interesse em diversos educadores e pesquisadores, que aumentaram significativamente as pesquisas sobre essa nova categoria educativa. Por esta razão, a Educação Ambiental esta sendo incorporadora em novas e antigas metodologias da educação, envolvendo além das escolas, a diversas instituições que trabalham com o meio ambiente de uma maneira geral.

O artigo 225º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011), nos fala que cabe ao Estado promover a Educação Ambiental (EA) em todos os níveis de educação.

Legalmente no Brasil, sua fundamentação reforça a necessidade de regionalização e vivência prática dessa modalidade de atividade educativa. Em Manaus, assim como em outras cidades da região amazônica do Brasil, a proximidade com o meio florestal (ambientes naturais) dá aos professores diversas possibilidades de abordar os temas ambientais. Neste contexto, os espaços institucionais de educação não formal surgem como ambientes complementares à educação formal. Porém não possuem delimitações explícitas para a sua atuação educativa. Portanto há uma diversidade de atuação e de informações que podem contribuir de maneira diferenciada nas tendências pedagógicas da Educação Ambiental que são encontradas nos espaços de educação não formal em Manaus. E a partir deste contexto se questiona, quais são os projetos de Educação Ambiental nestas instituições que estão sendo difundidos? E quais

* Licenciando em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: damaris.paz@hotmail.com

** Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professor do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: seiffertsaulo@gmail.com

são as Tendências Pedagógicas que fundamentam as práticas dos projetos de Educação Ambiental dos Espaços de Educação Não Formal na cidade de Manaus/AM?

JUSTIFICATIVAS

Os estímulos e as recomendações legais principais no Brasil para esse tipo diferenciado de educação estão voltados aos espaços de aprendizagem formal. Mas em um país com uma biodiversidade grandiosa, a proteção com o ambiente torna-se cada vez mais essencial ao seu povo. E em Manaus, a metrópole amazônica, o contato com o meio natural é bem mais acessível do que em outras regiões do país. Principalmente por conter unidades de conservação, parques ecológicos e outros espaços institucionais que proporcionam aos seus visitantes além de contato com a natureza, informações importantes para a atuação consciente dos cidadãos na sociedade.

Os espaços não formais de educação podem ser ambientes de alta importância para a difusão da temática ambiental na educação dos estudantes do ensino básico. Mas de acordo com Sauv  (2005) os diferentes autores, adotam diferentes discursos sobre a EA e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo. O que este trabalho se propõe a fazer é justamente identificar quais correntes da Educação Ambiental estão presentes nos espaços de educação não formal de Manaus, e quais destes pressupostos são mais difundidos para os estudantes da educação formal do ensino básico, além de verificar a contribuição dos espaços institucionais não formais na prática transversal da Educação Ambiental manauense.

QUESTÕES ORIENTADORAS

1. Quais as tendências teóricas em Educação Ambiental estão relacionadas ao uso dos espaços não formais para à escola ou educação não formal?
2. Quais são as instituições que apresentam espaços não formais educativos na zona urbana de Manaus?
3. Quais e como estão organizados os projetos de EA das instituições que possuem espaços não formais educativos?
4. Será que são potencialmente significativos para aprendizagem à estrutura física e os projetos pedagógicos dos projetos de EA das instituições em espaços não formais?
5. O projeto de EA dessas instituições tem promovido iniciativas pedagógicas junto às escolas do ensino básico e de educação não formal?

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar as atividades pedagógicas e seus pressupostos nas instituições com espaços educativos não formais para a Educação Ambiental utilizados para atividade de educação não formal e o uso do espaço não formal para estudantes do Ensino Básico.

Objetivos específicos

1. Fazer o levantamento bibliográfico de tendências teóricas em Educação Ambiental relacionadas ao uso dos espaços não formais para a escola ou educação não formal.

2. Conhecer quais são as instituições que apresentam espaços não formais educativos na zona metropolitana de Manaus.
3. Fazer o levantamento das potencialidades estruturais desses espaços e atividades pedagógicas realizadas junto às escolas do ensino básico.
4. Fazer o levantamento dos projetos de EA que estas instituições realizam.
5. Analisar os projetos de EA e as iniciativas junto às escolas do ensino básico e de educação não formal para verificar quais as tendências pedagógicas em EA tem sido trabalhadas e suas atividades educativas que foram implementadas.

LEVANTAMENTO TEÓRICO INICIAL

Os espaços educativos podem ser divididos em espaços formais (escolares), espaços informais (ambientes não controlados de transmissão de informação não diretivos) e não formais (locais diferentes da escola, mas utilizados para propósitos educativos diretivos) (SANTOS e FACHÍN-TERÁN, 2012). Isto é contextualizado numa visão de educação, no qual Gohn (2010) considera como educação formal (escolar e acadêmica) e não formal (popular ou de institutos).

Numa visão mais atual sobre educação escolar tem-se bem destacado a importância da experimentação, da relevância do novo conhecimento para o aluno, e de uma relação direta da nova informação com a realidade do estudante.

Ausubel, com a sua teoria da aprendizagem significativa, nos diz que a aprendizagem ocorre através de ressignificações de conhecimentos prévios e significações das novas informações. Com uma relação direta entre eles, por meio das estruturas cognitivas do aprendiz. Mas estas mudanças e relações dependem da vontade/intencionalidade do estudante em aprender. Ele diz que a aquisição, construção de um novo conhecimento, se dá a partir da interação entre o novo conhecimento e um conhecimento prévio (denominado âncora ou subsunçor), que compõe a estrutura cognitiva do aprendiz (AUSUBEL apud ONODERA, 2010, p. 125).

O espaço de educação Não Formal por ser um espaço diferente e dependendo da sua natureza pode conter características que estimulem o resgate dos conhecimentos prévios ou subsunçores, para que estes atuem como âncoras para as novas informações.

A Educação Ambiental em suas práticas e concepções cotidianas tem várias tendências teóricas que contêm particularidades baseadas nas diferentes visões dos educadores ambientais. Sauvè (2005) fez uma sistematização sobre as práticas e as teorias em EA e observou que há, segundo os seus estudos até o momento, concepções diferentes desta modalidade de educação, onde os princípios básicos são os mesmos, mas as formas de abordagem se diferenciam. Isso ocorreu por diversos fatores, entre eles, o contexto histórico-político, a regionalização das práticas e os intensos debates acerca dos objetivos da EA na atualidade, envolvendo todos os aspectos da vida social mundial.

Desde o impulso dos debates sobre os problemas ambientais na década de 60, gerado pela obra revolucionária de Rachel Carson os encontros nacionais e internacionais relacionados ao meio ambiente tem em comum a conclusão da necessidade da educação na transformação indispensável nos modelos de desenvolvimento econômico e nos hábitos da sociedade na maneira da utilização dos recursos naturais.

Uma das principais conclusões e proposições assumidas em reuniões internacionais é a recomendação de investir numa mudança de mentalidade, conscientizando os grupos humanos da necessidade de adotar novos pontos de vista e novas posturas diante dos dilemas e das constatações feitas nessas reuniões. (BRASIL,1997)

Além das proposições de reuniões em eventos nacionais e internacionais, a educação para o enfrentamento da crise ambiental é também citada em diversas leis e decretos do poder legislativo federal e estadual. Ressalta-se principalmente a educação com o caráter ambiental que para Dias (1992) é:

[...] um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individualmente e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992, p.92)

A legislação brasileira em vários dos seus documentos já orienta as práticas e as políticas públicas para a educação, o meio ambiente e a educação ambiental. A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental é a principal regulamentadora desta modalidade de educação. No seu artigo segundo ressalta a necessidade e a importância da educação não formal também nestes espaços educativos.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 13º Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa proposta tem como abordagem a pesquisa qualitativa que é a mais adequada para analisar fatores que não podem ser medidos e expressos por números, principalmente aqueles que envolvem boa parte de subjetividade dos indivíduos investigados.

Para analisar os projetos de Educação Ambiental das instituições que possuem espaços de educação não formal, usaremos a técnica de análise de conteúdo que segundo Marconi e Lakatos (2008) que permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação.

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. s.f.).

Neste sentido, a análise de conteúdo pode mostrar o sentido e o propósito dos projetos analisados, de uma maneira mais clarificada.

Para o início da análise há a necessidade da construção de um *corpus* de Projetos de Atividades de Educação Ambiental em Espaços de Educação Não Formal na cidade de Manaus/AM. “O *corpus* é um conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2009, p. 122). De acordo com Bauer e Gaskell (2010), a “construção de um *corpus*” significa a escolha sistemática de algum racional alternativo, que nesse caso serão os projetos visados por esta investigação.

O *corpus* a ser analisado, será constituído pelos projetos de Educação Ambiental promovidos pelas instituições da cidade de Manaus/AM que possuem espaços de ensino não formal. Os critérios de escolha para a composição deste *corpus*, levarão em consideração que os referidos projetos tenham sido realizados por instituições que possuem espaços de ensino não formal,

com atividades nos últimos três anos, tenham um foco na Educação Ambiental e estejam na região urbana da cidade.

A análise de conteúdo aplicada a estes projetos terá o foco na semântica das mensagens dispostas em seu texto, pois o que se espera identificar são as bases teóricas presentes nos projetos.

As etapas da pesquisa passarão primeiramente por levantamento bibliográfico referente ao tema tratado. Levantamento dos espaços não formais institucionais existentes na cidade. Investigação sobre os projetos de Educação Ambiental propostos por estes espaços. E análise de conteúdo dos projetos por meio do método dialético que segundo Marconi e Lakatos (2009), penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Os espaços não formais selecionados na pesquisa são os espaços institucionais em Manaus-AM. Segundo Rocha e Fachín-Terán (2010) elencam os seguintes espaços:

- Parque Municipal do Mindu;
- Zoológico do CIGs¹;
- Jardim Botânico Adolpho Ducke;
- Bosque da Ciência no INPA²;

Esses espaços foram escolhidos pela sua estrutura educativa oferecida aos visitantes. Espaços que promovem uma educação não formal para a Educação Ambiental.

RESULTADOS PRESUMIDOS

Presume-se que a partir dos dados coletados neste trabalho, e das observações realizadas nos espaços de educação não formais da cidade de Manaus/AM, haverá possibilidades de se ter uma visão sobre os pressupostos teóricos mais utilizados pelas instituições que se propõem a realizar esse tipo de projeto educativo.

A Educação Ambiental é uma categoria da educação que para ser realizada de maneira satisfatória, deve levar o indivíduo aprendiz a refletir sobre a sua participação cidadã e os impactos de suas ações no planeta. Entretanto, pelo que se verifica num olhar mais abrangente sobre os diversos espaços que propõem a discutir e difundir a temática da Educação Ambiental, é que a maioria das propostas tem um enfoque na abordagem conservacionista do meio ambiente, priorizando a reciclagem, a conservação e a preservação como soluções principais dos problemas ambientais. Além de valorizar a natureza primitiva, esquecendo-se de abordar a natureza modificada, que tem sua importância no processo de aprendizagem significativa.

Contudo, ultimamente com a difusão das diversas pesquisas relacionadas à fundamentação da Educação Ambiental para os diferentes profissionais desta área, vê-se que as discussões e reflexões promovidas pelos projetos em espaços não formais de educação estão sendo gradativamente mais abrangentes e contextualizados.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

¹ Centro de Instrução de Guerra na Selva – Ministério da Defesa: Exército Brasileiro.

² Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

Os projetos de Educação Ambiental propostos pelas instituições que possuem espaços de educação não formal tem muitas vezes, a intenção de difundir a temática sem, necessariamente, estarem estabelecidos dentro de uma estrutura pedagógica normatizada. Entretanto, as bases teóricas que fundamentam estes projetos educativos, e suas atividades também educativas, são diferentes de acordo com as instituições, e estão relacionadas com a formação do coordenador do projeto, com a origem e as características da instituição, além do objetivo específico de cada projeto.

Mas a Educação Ambiental, por ser um instrumento muito importante no processo de mudança dos comportamentos individuais e coletivos relacionados com o ambiente e com todas as problemáticas socioambientais existentes atualmente, deve ser tratada com seriedade, o que requer fundamentação teórica e metodológica muito bem trabalhada e segura, que idealmente, deve relacionar todas as faces (sociais, econômicas, culturais, ambientais, etc.) dos problemas ambientais, levando os aprendizes à reflexão.

CRONOGRAMA

Processos	Semanas								
	1 e 2	3 e 4	5 e 6	7 e 8	9 e 10	11 e 12	13 e 14	15 e 16	17 e 18
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X				
Construção do PP	X	X							
Apresentação do PP		X							
Levantamento dos ENFE			X	X					
Levantamento dos Projetos de EA				X	X	X			
Análise dos Projetos de EA					X	X	X		
Análise da estrutura física dos ENFE						X	X		
Redação do relatório de pesquisa							X	X	
Apresentação do Relatório								X	
Produção do artigo									X

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Edição Administrativa do Senado Federal, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídico. Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 regulamentador da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que **institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acessado em 1 ago. 2012.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: Princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo, SP: Gaia, 2004.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, v. 22, n. 37. Porto Alegre, 1999.

ONODERA, Daniele S. S. Aprendizagem Significativa e Escola Particular. In MASINI, E. F. S.; PEÑA, M. L. D. J. (Org.). **Aprendendo Significativamente**: Uma construção colaborativa em ambientes de ensino presencial e virtual. São Paulo: Vetor, 2010.

SANTOS, S. C. S.; FACHÍN-TERÁN, A. Uma proposta de compreensão e metodologia para o uso dos espaços não formais no ensino de biologia. In: SANTOS, S. C. S.; FACHÍN-TERÁN, A. (Org.). **Novas perspectivas de ensino de ciências usando espaços não formais amazônicos**. Manaus: Edições UEA, 2012.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Educação Ambiental**: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.